

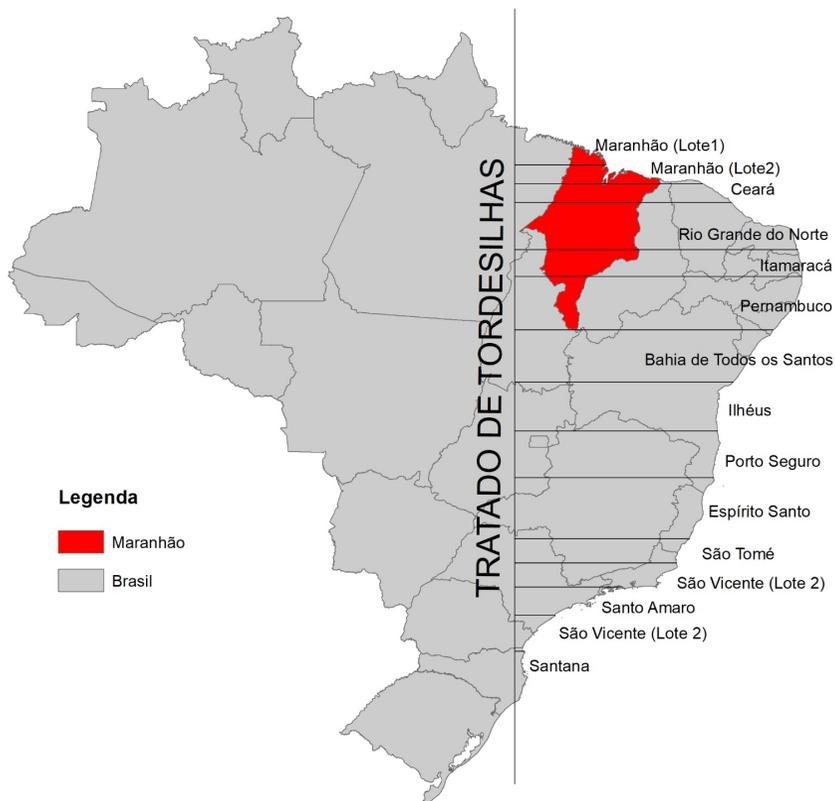
An aerial photograph of a city, likely Maranhão, Brazil, showing a dense urban landscape with various buildings and a body of water in the distance. The image is overlaid with a semi-transparent blue geometric shape that contains the title and list. A large white number '1' is positioned on the left side of the blue shape.

1

MARANHÃO EM SÍNTESE

- Processo histórico da divisão política
- Diagnóstico em síntese
- Indicadores de desempenho

Sistema de Capitânicas Hereditárias



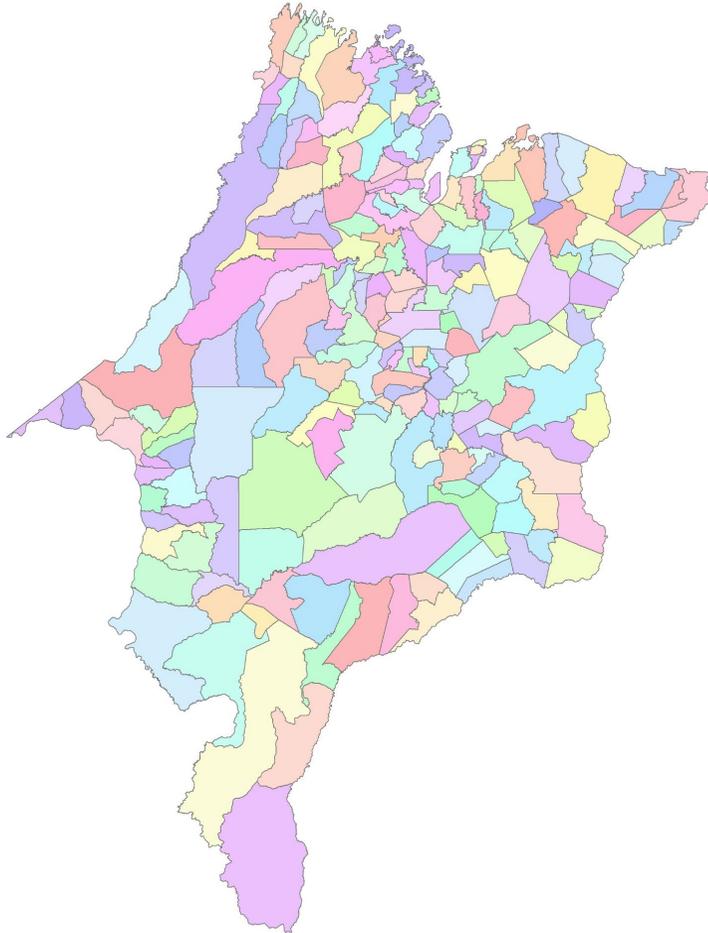
Fonte: IMESC; IBGE, 2020

O Maranhão é caracterizado por sua diversidade histórica, ambiental, cultural e socioeconômica. Estando em uma área de transição, apresenta peculiaridades distintas dos demais estados que compõem a região Nordeste e do Brasil.

Considerando o processo histórico da divisão político-administrativa do estado, vale mencionar que os povos europeus começaram a chegar no território pelo século XVII, com destaque para os portugueses, que o colonizaram e adotaram diversos recortes espaciais com o objetivo de garantir as novas terras e explorá-las economicamente.

A primeira divisão político-administrativa das terras maranhenses se enquadra no sistema das Capitânicas Hereditárias. Depois, destacam-se os recortes territoriais do estado colonial do Maranhão (1617), capitania geral de São Luís (1652), estado do Maranhão e Grão-Pará (1654), estado do Grão Pará e Maranhão (1752) e província do Maranhão (1815).

Configuração Estadual e Municipal Maranhense após 1995



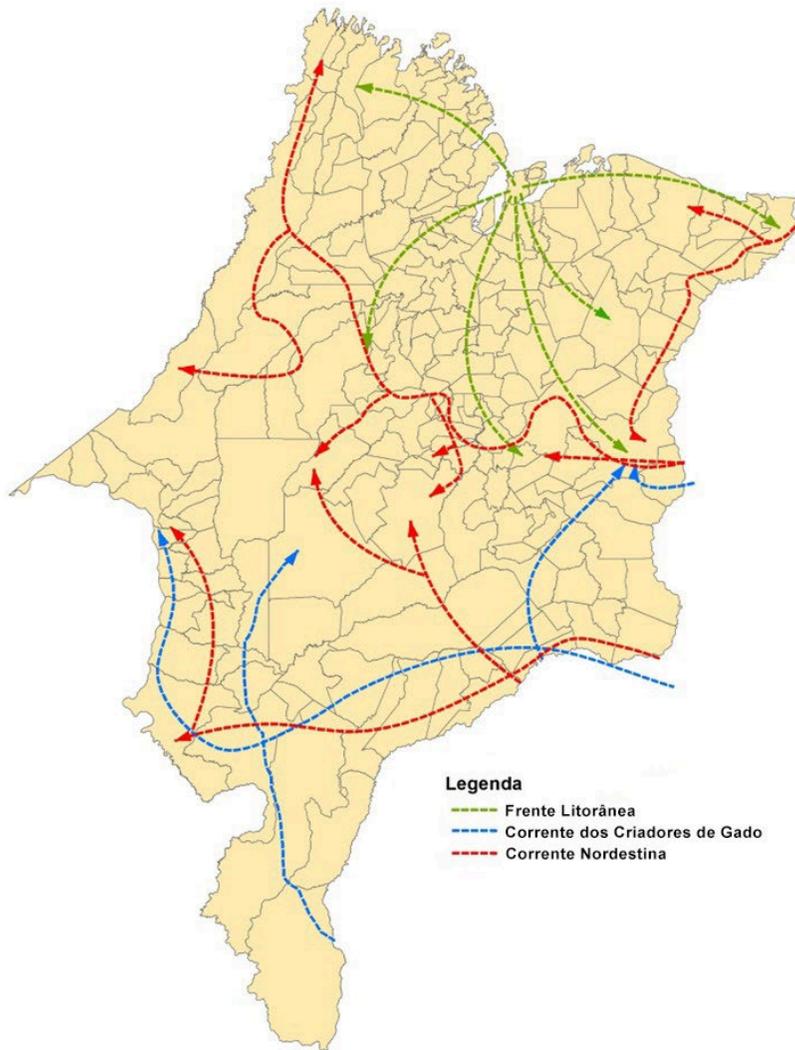
Fonte: IMESC; IBGE, 2020

Durante o período republicano no Brasil (1889 até os dias atuais), o governo maranhense publicou vários decretos ou leis com o objetivo de organizar os quadros dos seus municípios, destacando-se:

- Decreto n.º 25, de abril de 1931, que alterou a distribuição dos municípios com o objetivo de extinguir os que não tinham viabilidades econômicas;
- Decreto Lei n.º 820, de 30 de dezembro de 1943, que fixou a divisão administrativa e judiciária do estado a vigorar, sem alteração, de 1º de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1948;
- Lei n.º 269, de 31 de dezembro de 1948, que estabeleceu a divisão administrativa do estado, a vigorar, sem alteração, de 1º de janeiro de 1949 a 31 de dezembro de 1953;
- Lei complementar estadual n.º 17, de 1993, que dispõe sobre criação, incorporação, fusão, desmembramento, mudança de nome, sede de município e outras providências.

Destaca-se que, após esta lei, o último município criado no Maranhão foi no ano de 1995, totalizando em 217 municípios maranhenses.

Processo histórico da divisão político-administrativa



Outro aspecto de destaque na história maranhense foi o processo de povoamento, que ocorreu por meio de três correntes:

- a Corrente Litorânea (o Estado e a Igreja Católica como agentes principais no processo de povoamento);
- a dos Criadores de Gado (pecuaristas oriundos da Bahia e Pernambuco que ocuparam especialmente o sertão maranhense);
- e Migrantes da Seca (emigrantes nordestinos fugindo da seca, em busca de terras e melhores condições de vida).

Diagnóstico em síntese

O Maranhão é um estado caracterizado por sua diversidade ambiental e socioeconômica. Estando em uma área de transição, apresenta peculiaridades distintas dos demais estados que compõe a região Nordeste e do Brasil.

Sob a perspectiva ambiental, o estado é composto por dois biomas singulares, Amazônia e Cerrado, que contribuem para a diversidade da fauna e da flora. Em termos hídricos, o Maranhão possui 70% do seu território inserido na região hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental, sendo constituído por 11 bacias e 6 sistemas hidrográficos.

Dentre os diversos fenômenos que ocorrem no estado de ordem natural, destacam-se neste diagnóstico as queimadas, tendo em vista a importância de se discutir, prevenir e conscientizar a respeito desta temática. Desde 2013, o estado apresenta uma dinâmica de redução dos focos de queimadas com menor quantitativo registrado em 2018 (13.892). Em 2019, foi registrado um aumento de 18.521 ocorrências, o que gerou iniciativas imediatas do poder público para o controle e redução dos focos. Desde então, observou-se uma constância na redução dos fenômenos no Maranhão.

Diagnóstico em síntese

Segundo dados do IBGE, no Maranhão, estima-se um contingente populacional de 7.153.262 pessoas em 2021, representando 3,4% da população brasileira e 12,4% do Nordeste. O Maranhão possui a população menos urbanizada do país, ocupando o décimo lugar entre os estados em relação ao contingente populacional total e o quarto lugar em relação à rural, que corresponde a 7,39% da população rural do país. Apesar desse quadro, a urbanização no estado exibiu forte expansão nos últimos levantamentos (2,1% a.a. contra 0,6% a.a. da zona rural entre 2000 e 2010). Contribuíram para isso os processos de modernização do campo e o aumento do êxodo rural, que culminaram em um acentuado crescimento da população urbana e das cidades, além de mudanças estruturais e sociais que interferem nas condições de vida de seus habitantes.

Diante esse quadro, destaca-se a necessidade de avaliação das estruturas e instalações presentes, que são capazes de interferir direta ou indiretamente na economia do estado. O investimento em infraestrutura é um fator associado por diversos modelos ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Nesse sentido, aponta-se a matriz termoelétrica do estado, que em 2021 foi a principal fonte de geração de eletricidade no Maranhão (42,5%), responsável por um aumento de 23,7 p.p. em relação a 2011. A matriz hidroelétrica, que antes possuía a maior participação (62,4%), ficou em terceiro com 8,9%. Destaca-se ainda a matriz gás natural que, embora nula em 2011, tornou-se a segunda principal matriz em 2021, com uma participação de 26,4%, principalmente em decorrência da exploração de gás natural iniciada em 2013.

No que se refere às telecomunicações, com base no levantamento Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADc), de 2021, a telefonia móvel estava presente em 92,2% dos domicílios maranhenses. Foi evidenciada a presença de internet em 82,4% dos domicílios do estado. Desse total, 99,5% acessaram a internet via telefone celular.

Diagnóstico em síntese

Aponta-se ainda que o estado exibe uma moderna logística de transporte multimodal, possuindo 63 aeródromos, sendo 10 públicos e 53 privados, e 46 portos hidroviários, que totalizaram mais de 2 bilhões de toneladas movimentadas entre 2010 e 2022. No caso das rodovias, o Maranhão possui um total de 10,6 mil km de extensão, sendo 6,7 mil km de rodovias federais e 3,8 mil km de estaduais. Nesse sentido, ao analisar o volume de investimentos públicos executados nos últimos sete anos, o Maranhão registra proporção, em relação ao volume arrecadado, superior à média da região nordestina (10,55%), bem como do país (4,34%). Em 2015, o nível de investimento sobre a RCL era de 8,74%, enquanto em 2021 o patamar quase dobrou, chegando a 14,55%. A maior parte dos investimentos públicos estaduais é voltada para infraestrutura e obras públicas.

Com localização estratégica, o Maranhão é uma das portas de acesso à região Norte, integra-se à fronteira agrícola do Centro-Oeste e está inserido na área de influência do eixo Araguaia-Tocantins, além de estar relativamente mais próximo dos mercados norte-americano e europeu do que os estados do sudeste brasileiro. Essa localização geográfica privilegiada confere destaque ao porto do Itaqui, situado na baía de São Marcos. O complexo portuário de São Luís compreende ainda o Terminal da Ponta da Madeira. Dentre as cargas movimentadas no Complexo Portuário de São Luís, destacam-se: minério de ferro, bauxita, derivados de petróleo, ferro, manganês, alumina, alumínio, soja, fertilizante e trigo. Além do complexo portuário, o estado está buscando criar a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Programas Estratégicos (SEDEPE). Dentre os objetivos da criação de uma ZPE, estão a atração de novos investimentos, o aumento significativo das exportações, a redução de desequilíbrios regionais, a geração de emprego e renda, a promoção de novas tecnologias e a agregação de valor. A ZPE será instalada no município de Bacabeira, que fica a 66 km de São Luís.

Diagnóstico em síntese

Outro destaque marcante relacionado à economia maranhense diz respeito ao setor de Serviços como o segmento mais dinâmico da economia, sendo as atividades mais importantes a “Administração Pública”, “Comércio”, “Atividades Imobiliárias” e “Transportes”, que juntas respondem por cerca de 77,1% do Valor Adicionado Bruto do setor e 57,1% do nível de atividades total do estado. Pela ótica do emprego formal, o setor responde por cerca de 86,4% dos vínculos.

A Indústria é o setor que apresenta a segunda maior contribuição para o nível total de atividade econômica do Maranhão. Em 2019, contribuiu com 17,3% da economia do estado e deteve, em 2020, cerca de 81,1 mil ocupados formais maranhenses, com destaque para os Complexos de Alumínio e de Ferro, que capitanearam a pauta de exportação do estado em 2021, com 55,8% de participação em termos de valor.

O setor agropecuário, por sua vez, foi responsável por 8,7% do Valor Adicionado Bruto em 2019. Evidencia-se que o setor voltou a recuperar o crescimento, principalmente por causa da atividade da agricultura, voltada para a produção de grãos, com destaque para a soja, milho, algodão, arroz e também pela produção de cana-de-açúcar. Este setor é o que mais cresceu no estado nos últimos anos, principalmente a partir da década de 2010, quando houve maior expansão do agronegócio.

Evidentemente, o Maranhão evoluiu significativamente no nível de atividades entre 2002 e 2019, tendo o PIB alcançado crescimento real acima da média do Nordeste e do Brasil. Contudo, o estado ainda precisa avançar mais sob a perspectiva econômica, buscando alternativas para que as atividades existentes gerem maior produtividade, pois o PIB *per capita* maranhense ainda é um dos mais baixos do Brasil, sempre alternando entre a 26^o e 27^a colocação no *ranking* dos estados brasileiros.

Diagnóstico em síntese

Mesmo considerando também a evolução no mercado de trabalho formal maranhense, o estado ainda é fortemente dependente da Administração Pública (principalmente nos municípios com menos de 50 mil habitantes), além do fato de ainda existir um elevado grau de informalidade. Os dados relativos ao Quociente Locacional para o Maranhão reforçam a afirmação de que a Administração Pública elenca a maior concentração nos municípios e respectivas regiões, com exceção da Região Metropolitana da Grande São Luís, Meridional Maranhense e Sudoeste Maranhense, que contribuem de forma mais expressiva no PIB por meio de atividades que geram maior valor agregado, a exemplo da Indústria, em que se destacam a metalurgia, siderurgia e geração de energia.

Importante mencionar que o Governo do Maranhão tem buscado investir em empreendimentos que visam à geração de energia limpa com impactos no nível de atividade econômica do estado. Sob a coordenação da SEDEPE, a agenda de estruturação da matriz energética do estado tem se destacado e se fortalecido ainda mais após a publicação do Decreto Estadual n.º 37.595, de 28 de abril de 2022, que trata da Política Estadual de Energias Renováveis. Nesse sentido, a geração de energia a partir do hidrogênio verde será uma das prioridades do governo, assim como o fortalecimento de outras fontes de energia renovável já existentes, a exemplo da eólica e da energia solar. Desse modo, o estado terá a possibilidade de gerar energia limpa, sem degradação ao meio ambiente, além de garantir a geração de emprego e renda com os empreendimentos atrelados a essa nova realidade.

Diagnóstico em síntese

Quanto às condições de vida da população, o Maranhão ainda se caracteriza por apresentar patamares elevados de mortalidade materna, infantil e prematura por doenças crônicas não transmissíveis, e altas taxa de incidência de *leishmaniose tegumentar*, de hanseníase e de tuberculose.

Essas características da saúde maranhense reforçam a importância da implementação de políticas públicas, principalmente aquelas voltadas para o fortalecimento da Atenção Básica, priorizando ações preventivas e de diagnósticos, bem como a estruturação da rede de saúde com ambulatórios, hospitais, leitos e profissionais de saúde.

Além dos óbitos causados por doenças, as mortes de trânsito também oneram os serviços de saúde, tendo em vista que é uma das principais causas de mortalidade. No Maranhão, a taxa de foi de 19,5 mortes por 100 mil habitantes contra 16,4 no Nordeste e 14,3 no Brasil.

As demandas por serviços públicos de saúde continuarão exigindo investimentos do governo estadual, dado o crescimento populacional de 0,7% a.a. entre 2011 e 2021, embora em menor ritmo de expansão do envelhecimento da população e do aumento da densidade demográfica em determinadas regiões do estado entre 2001 e 2021, tais como a Grande São Luís (+166,1 hab./km²), Itapecuru/Munim (+8,2 hab./km²) e Lençóis Maranhenses (+7,1 hab./km²).

Diagnóstico em síntese

Paralelamente a isso, as áreas de saneamento e habitação do Maranhão se caracterizam pelo baixo saneamento básico, alto *déficit* habitacional e elevada inadequação de moradias. A falta de saneamento adequado e de moradias dignas contribui para o acometimento de doenças na população e constituem-se em formas de expressão da pobreza, tendo em vista que esta é de natureza multidimensional.

O estado apresenta o menor rendimento domiciliar *per capita* do país, com R\$ 638,55 em 2021, abaixo do Nordeste (R\$ 843,42) e do Brasil (R\$ 1.353,40). Como consequência, possui 21,1% da sua população em extrema pobreza, com rendimento domiciliar *per capita* de US\$ 1,90, e 57,5% da sua população em situação de pobreza, com rendimento domiciliar *per capita* de US\$ 5,50.

Além disso, fatores como a elevada taxa de analfabetismo e menor escolaridade média da população de 25 anos ou mais tornam mais desafiadoras a implementação de políticas públicas, principalmente as voltadas para a geração de emprego e renda. Por outro lado, alguns avanços importantes sinalizam para a continuidade e a intensificação das ações do governo em investimentos na educação, tais como a universalização de crianças de 4 a 5 anos na pré-escola, o aumento da frequência escolar de alunos de 15 a 17 anos no Ensino Médio e de matrículas no ensino profissionalizante, o crescimento do quantitativo de professores com ensino superior na educação básica e a melhoria da infraestrutura escolar.

A seguir, apresenta-se o painel de indicadores, categorizados com base em seu desempenho atual e na trajetória da série histórica em indicadores de Desenvolvimento (que refletem impactos de política a longo prazo e expressam a qualidade de vida da população), de Monitoramento (que refletem impactos de política a curto prazo e expressam a qualidade de vida da população) e de Desafio (indicadores adversos em seu estágio atual e histórico, que expressam a necessidade de prioridades em termos de ações e políticas públicas).

Indicadores de Desempenho



| | | | | BRASIL | NORDESTE | MARANHÃO |
|----------|---|-------|-------|------------|------------|------------|
| Economia | Razão de Dependência (2021) | ● ● ● | ● ● ● | 19,3% | 20,7% | 24,0% |
| Economia | Crescimento Real do PIB (2019) | ● ● ● | ● ● ● | 1,2% | 1,2% | 0,7% |
| Economia | Produto Interno Bruto per capita (2019) | ● ● ● | ● ● ● | 35.161,70 | 18.358,80 | 13.757,90 |
| Economia | Densidade de Acessos de Internet Banda Larga Fixa (2021) | ● ● ● | ● ● ● | 19,7% | 11,3% | 6,3% |
| Economia | Proporção de habitantes por total de carros e motos (2021) | ● ● ● | ● ● ● | 0,476 | 0,312 | 0,254 |
| Economia | Percentual de rodovias em péssimo estado (2021) | ● ● ● | ● ● ● | 7,0% | 9,0% | 18,0% |
| Economia | Despesa total com pessoal/Receita Corrente Líquida (2021) | ● ● ● | ● ● ● | 48,4% | 48,8% | 46,9% |
| Economia | Investimento/Receita Corrente Líquida (2021) | ● ● ● | ● ● ● | 4,3% | 10,6% | 14,5% |
| Economia | Taxa de Desocupação (2021) | ● ● ● | ● ● ● | 13,2% | 17,1% | 15,8% |
| Economia | Crescimento do Estoque de empregos formais (2002/2020) | ● ● ● | ● ● ● | 2,69% a.a. | 3,07% a.a. | 4,62% a.a. |
| Economia | Taxa de Subutilização (2021) | ● ● ● | ● ● ● | 27,2% | 40,1% | 44,5% |
| Social | Taxa de Analfabetismo (2021) | ● ● ● | ● ● ● | 5,0% | 10,5% | 10,9% |
| Social | Taxa de frequência escolar de alunos de 4 a 5 na Pré-escola (2019) | ● ● ● | ● ● ● | 94,3% | 96,7% | 97,6% |
| Social | Taxa de frequência escolar de alunos de 6 a 14 no Ens. Fundamental (2020) | ● ● ● | ● ● ● | 98,0% | 97,8% | 96,6% |
| Social | Taxa de frequência escolar de alunos de 15 a 17 no Ens. Médio (2020) | ● ● ● | ● ● ● | 77,2% | 69,8% | 73,5% |

- **Indicador de Desenvolvimento** Indicadores que refletem impactos de política a longo prazo e expressam a qualidade de vida da população.
- **Indicador de Monitoramento** Indicadores que refletem impactos de política a curto prazo e expressam a qualidade de vida da população.
- **Indicador de Desafio** Indicadores adversos em seu estágio atual e histórico, que expressam a necessidade de prioridades em termos de ações e políticas públicas.

Indicadores de Desempenho



| | | | | BRASIL | NORDESTE | MARANHÃO |
|--------|--|-----|---|--------|----------|----------|
| Social | IDHM (2017) | ● | ● | 0,778 | 0,711 | 0,687 |
| Social | IDEB Ensino Médio - escolas estaduais (2019) | ● | ● | 4,2 | 3,9 | 3,8 |
| Social | Percentual de Docentes com Ensino Superior no Ensino Médio (2021) | ● | | 97,4% | 95,1% | 94,1% |
| Social | Percentual da população de 25 anos ou mais de idade com Ensino Superior (2010) | ● | ● | 11,3% | 7,1% | 5,4% |
| Social | Índice de Gini (2021) | ● | ● | 0,544 | 0,555 | 0,530 |
| Social | Renda Domiciliar <i>per capita</i> , em reais (2021) | ● | ● | 1.353 | 843 | 639 |
| Social | Percentual de pessoas em situação de extrema pobreza (2021) | ● | ● | 8,0% | 17,0% | 21,0% |
| Social | Percentual de pessoas em situação de pobreza (2021) | ● | ● | 29,0% | 49,0% | 58,0% |
| Social | Percentual de Jovens que Nem Trabalham e Nem Estudam (2019) | ● ● | ● | 22,4% | 28,6% | 33,9% |
| Social | Percentual de domicílios em Aglomerados Subnormais (2019) | ● | ● | 8,0% | 9,0% | 8,0% |
| Social | Percentual de domicílios com abastecimento de água adequado (2019) | ● ● | ● | 86,0% | 80,0% | 70,0% |
| Social | Percentual de domicílios com coleta de lixo (2019) | ● ● | ● | 91,0% | 83,0% | 70,0% |
| Social | Déficit Habitacional (2019) | ● | ● | 8,0% | 9,0% | 15,0% |
| Social | Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (2019) | ● ● | ● | 74,0% | 56,0% | 35,0% |
| Social | Percentual de domicílios em inadequação de moradias (2019) | ● | ● | 40,0% | 62,0% | 68,0% |

| | |
|---------------------------------------|--|
| ● Indicador de Desenvolvimento | Indicadores que refletem impactos de política a longo prazo e expressam a qualidade de vida da população. |
| ● Indicador de Monitoramento | Indicadores que refletem impactos de política a curto prazo e expressam a qualidade de vida da população. |
| ● Indicador de Desafio | Indicadores adversos em seu estágio atual e histórico, que expressam a necessidade de prioridades em termos de ações e políticas públicas. |

Indicadores de Desempenho



| | | | BRASIL | NORDESTE | MARANHÃO |
|--------|---|-------|---------|-----------|-----------|
| Social | Cobertura populacional por Estratégia Saúde da Família (2020) | ● ● | 63,6% | 82,3% | 85,4% |
| Social | Cobertura populacional da Atenção Primária (2021) | ● ● | 76,1% | 87,1% | 87,8% |
| Social | Taxa de crescimento de estabelecimentos de saúde (2021/2010) | ● | 5% a.a. | 4,5% a.a. | 5,1% a.a. |
| Social | Taxa Bruta de Mortalidade, por 1.000 habitantes (2020) | ● ● | 7,4 | 7,2 | 6,1 |
| Social | Taxa de Mortalidade Infantil, por 1.000 nascidos vivos (2020) | ● ● | 11,5 | 13 | 13,7 |
| Social | Mort. Prematura causada pelo Diabetes, por 100 mil habitantes (2020) | ● ● | 14,5 | 16 | 18,3 |
| Social | Percentual de óbitos causados por doenças do aparelho respiratório (2020) | ● ● | 9,6% | 8,5% | 9,7% |
| Social | Taxa de incidência de tuberculose, por 100 mil habitantes (2021) | ● ● | 49,4 | 45,4 | 48,3 |
| Social | Razão de Mortalidade Materna, por 100 mil nascidos vivos (2020) | ● ● | 72,0 | 85,9 | 94,3 |
| Social | Coefficiente de internações SUS, por 1.000 habitantes (2021) | ● | 54,2 | 53,6 | 63,6 |
| Social | Taxa de detecção de hanseníase, por 100 mil habitantes (2021) | ● ● ● | 8,1 | 13,6 | 26,8 |
| Social | Taxa de incidência de <i>leishmaniose</i> tegumentar, por 100 mil habitantes (2020) | ● ● ● | 8,4 | 6 | 16,3 |
| Social | Quantidade de médicos, por 1.000 habitantes (2021) | ● | 2,2 | 1,5 | 0,9 |

| | |
|---------------------------------------|--|
| ● Indicador de Desenvolvimento | Indicadores que refletem impactos de política a longo prazo e expressam a qualidade de vida da população. |
| ● Indicador de Monitoramento | Indicadores que refletem impactos de política a curto prazo e expressam a qualidade de vida da população. |
| ● Indicador de Desafio | Indicadores adversos em seu estágio atual e histórico, que expressam a necessidade de prioridades em termos de ações e políticas públicas. |